

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2810071320200814150919

Processo 0815675-26.2020.8.23.0010 ☆ - (56 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado☐ Servidor☐ Advogado☐ Membro MP☐ Defensor☐ Procurador☐ Outros☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos☐ Sem Arquivo☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado☐ Defensor Público☐ Entidades Remessa☐ Magistrado☐ Procurador☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

29 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 29

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<input type="checkbox"/>	29	14/08/2020 15:09:19	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/08/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
29.1 Arquivo: Petição		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2730983PETICAODEQUESITOS01.pdf Público
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
28	12/08/2020 11:14:57	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 12/08/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 25) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/08/2020) e ao evento de expedição seq. 27.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
27	06/08/2020 20:13:46	Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 25) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/08/2020)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA Analista Judiciário
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
26	06/08/2020 20:13:46	Para advogados/curador/defensor de MARIA DAS DORES SOARES DE MACEDO NEVES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 25) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (06/08/2020)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA Analista Judiciário
<input type="checkbox"/>	25	06/08/2020 20:13:32	JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO
<input type="checkbox"/>	24	05/08/2020 15:05:00	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
	23	05/08/2020 11:34:05	CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL
		Responsável: Rodrigo Bezerra Delgado	
		DECORRIDO PRAZO DE MARIA DAS DORES SOARES DE MACEDO NEVES	
	22	04/08/2020 00:06:46	(P/ advgs. de MARIA DAS DORES SOARES DE MACEDO NEVES *Referente ao evento (seq. 12) JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO (02/07/2020) e ao evento de expedição seq. 15.
	21	03/08/2020 17:29:09	RECEBIDOS OS AUTOS
<input type="checkbox"/>	20	03/08/2020 17:29:08	REDISTRIBUÍDO POR SORTEIO EM RAZÃO DE ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO
		3ª Vara Cível	
	19	03/08/2020 17:08:14	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR
		Redistribuição	
<input type="checkbox"/>	18	03/08/2020 16:37:07	DECLARADA INCOMPETÊNCIA
	17	03/08/2020 11:03:04	CONCLUSOS PARA DECISÃO
		Responsável: PHILLIP BARBIEUX SAMPAIO	
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
	16	13/07/2020 10:40:20	(Pelo advogado/curador/defensor de MARIA DAS DORES SOARES DE MACEDO NEVES) em 13/07/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 12) JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO (02/07/2020) e ao evento de expedição seq. 15.
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
	15	03/07/2020 09:29:45	Para advogados/curador/defensor de MARIA DAS DORES SOARES DE MACEDO NEVES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 12) JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO (02/07/2020)



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08156752620208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA DAS DORES SOARES DE MACEDO NEVES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
 - 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
 - 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
 - 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
 - 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
 - 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
 - 7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a graduação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
 - Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
 - Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 13 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR